

Ficha Técnica

Edição

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa-Portugal
Telef. 21 780 47 00 - Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt

Título

Portugal Social em Mudança
Portugal no contexto europeu
em anos de crise

Coordenação

João Ferrão e Ana Delicado

Revisão

Vasco Grácio

Conceção Gráfica

João Pedro Silva

Impressão e apoio de paginação

Guideline, Lda

Fotografia

Susana Paiva

Depósito Legal

402090/15

ISBN

978-972-671-362-3

Tiragem

250 exemplares

1ª Edição, Dezembro 2015

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

Este é o primeiro número do *Portugal Social em Mudança*, uma publicação regular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que tem por objetivo disponibilizar informação sobre questões sociais numa ótica comparada e longitudinal. Os vários temas selecionados procurarão situar Portugal em contextos mais amplos, do ponto de vista tanto geográfico como temporal, a partir de indicadores quer objetivos (estatísticos) quer subjetivos (perceções, opiniões) relativos a diferentes facetas da realidade social.

O *Portugal Social em Mudança* destina-se a um público não especialista. A disponibilização de dados organizados, ilustrados através de mapas e gráficos, analiticamente enquadrados e criticamente comentados é útil não só para decisores e técnicos de diversas áreas profissionais, mas também para cidadãos portugueses que desejam estar informados ou para estrangeiros que procuram entender o nosso país mas que se confrontam com a existência de informação dispersa e nem sempre de fácil acesso.

Esta publicação do ICS-ULisboa concretiza uma das suas missões: a de disseminação de conhecimento junto de públicos alargados, reforçando a ligação entre a universidade e a sociedade e, por essa via, o impacte social das investigações realizadas. O Instituto acolhe, aliás, diversos Observatórios cuja finalidade é garantir, de forma continuada, que os resultados dos trabalhos desenvolvidos possam ser utilizados para fins não académicos: Barómetro da Qualidade da Democracia, OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade, OFAP – Observatório das Famílias e das Políticas de Família e OPJ – Observatório Permanente da Juventude. Eles constituem, portanto, a fonte principal, embora não exclusiva, dos conteúdos dos vários números do *Portugal Social em Mudança*.

5

**PORTUGAL NO
CONTEXTO EUROPEU**
EM ANOS DE CRISE

CONFIANÇA

Ana Delicado, Alice Ramos, José Gomes Ferreira,
João Guerra, Jussara Rowland

Porque confiamos uns nos outros ou nas instituições que regulam o nosso quotidiano? Quais são as implicações que daí advêm para a formação dos futuros cidadãos e para o funcionamento da sociedade? As pessoas mais confiantes são mais felizes?

Estes são apenas alguns exemplos de perguntas que têm preocupado cientistas sociais de diferentes áreas, e que nem sempre conseguiram obter uma resposta conclusiva. De acordo com Putnam (2000), uma sociedade caracterizada pela reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma sociedade onde reina a desconfiança: a confiança é um lubrificante da vida social que funciona como um facilitador de relações, sejam elas interpessoais ou institucionais. A confiança permite delegar e, quer se trate de um grupo de amigos, de uma família, de uma empresa ou da governação de um país, confiar que estamos todos a trabalhar para um mesmo objetivo simplifica as regras e reduz o conflito. A confiança está associada aos valores do universalismo e à preocupação com o bem-estar da humanidade, à abertura a diferentes formas de pensar e de viver. A confiança gera empatia e a empatia também é social. Contudo, a confiança é um sentimento difícil de conquistar e talvez aquele que, uma vez perdido, mais difícil é de recuperar. Em todos os inquéritos europeus nos quais a confiança é tema, os portugueses destacam-se consistentemente pela desconfiança manifestada. Seja no plano individual, seja no institucional, os portugueses tendem a não confiar. Porquê? Sociólogos, psicólogos sociais, cientistas políticos, filósofos, têm procurado responder a esta pergunta. Tendo-se encontrado regularidades (por exemplo, baixos níveis de escolaridade, de bem-estar, de perceção de controlo sobre a vida ou de participação cívica estão associados a baixos níveis de confiança), ainda estão por encontrar os fatores que explicam por que razão os cidadãos dos países nórdicos apresentam os níveis mais altos de confiança e os portugueses (juntamente com cidadãos dos ex-países de Leste) os mais baixos. Vejamos, então, qual o panorama da confiança em Portugal e na Europa.

Figura 5.1 Confiança interpessoal na Europa, 2012 (média)

Fonte: European Social Survey

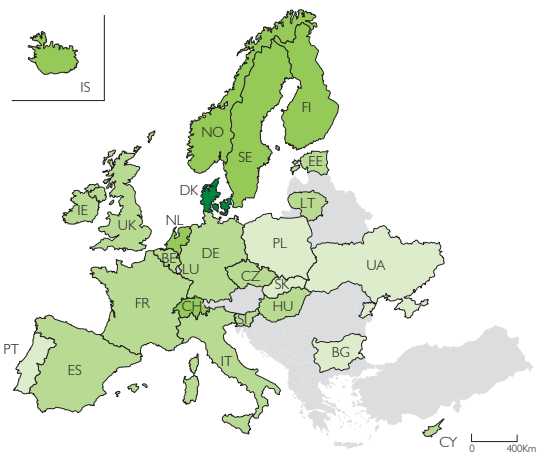
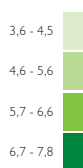


Figura 5.2 Confiança no parlamento nacional, 2012 (média)

Fonte: European Social Survey

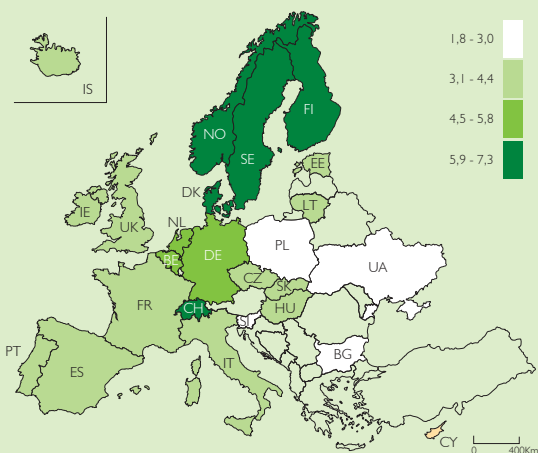


Figura 5.3 Confiança na política e nos políticos, 2012 (média)

Fonte: European Social Survey

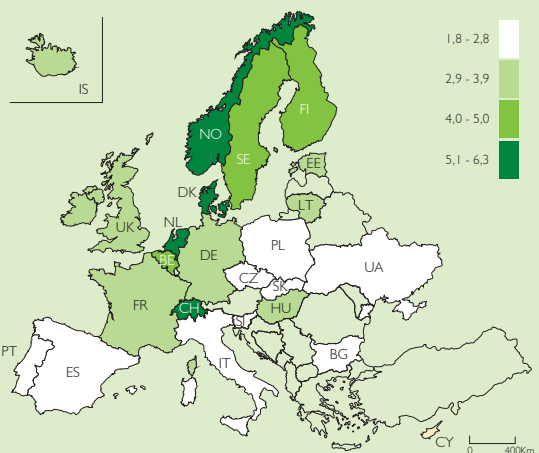


Figura 5.4 Confiança na polícia, 2012 (média)

Fonte: European Social Survey

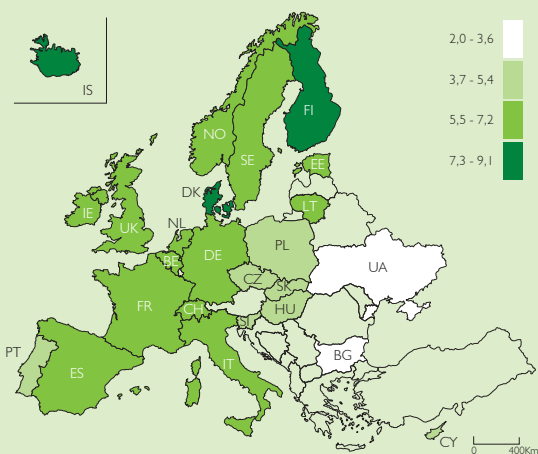
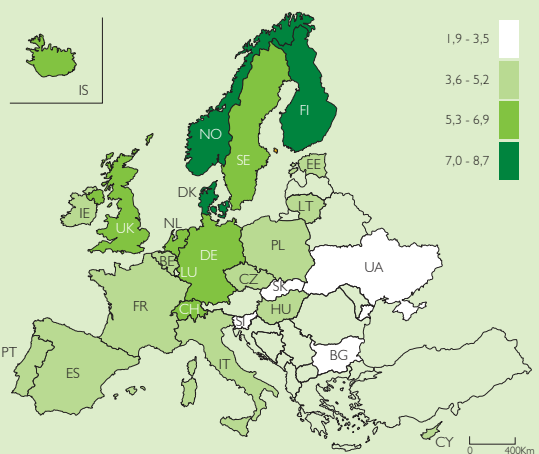


Figura 5.5 Confiança no sistema legal, 2012 (média)

Fonte: European Social Survey



Confiança interpessoal

A confiança interpessoal foi medida através de três perguntas, que foram posteriormente agregadas num índice. As perguntas fazem parte do European Social Survey e são as seguintes:

1) De uma forma geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?

2) Acha que a maior parte das pessoas tentam aproveitar-se de si sempre que podem, ou pensa que a maior parte das pessoas são honestas?

3) Acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?

As respostas eram dadas numa escala de 0 a 10, em que 0 representa a atitude menos confiante e 10 a mais confiante.

A Figura 5.1 mostra Portugal, a Polónia, a Ucrânia, a Eslováquia e a Bulgária como os países onde se registam valores abaixo do ponto médio da escala (5), indicativos de clara falta de confiança. Os países nórdicos (Islândia, Noruega, Suécia e Finlândia) são, em contrapartida, aqueles em que se observam níveis mais elevados de confiança interpessoal, apresentando, juntamente com a Holanda e a Suíça, valores sistematicamente acima do ponto médio da escala (5), indicativos de franca confiança. Os países do centro da Europa (a que se junta a Espanha) registam valores intermédios de confiança.



Portugal, Polónia, Ucrânia, Eslováquia e Bulgária são os países onde se regista uma clara falta de confiança interpessoal.

Confiança nas instituições

A par da confiança interpessoal foi também perguntado o grau de confiança que um número alargado de instituições inspirava nos inquiridos. As instituições foram as seguintes: parlamento nacional, sistema legal, polícia, políticos e política. A análise da confiança nas instituições revela contrastes e semelhanças muito interessantes entre os vários países europeus (Figuras 5.2 a 5.5).

Antes de mais podemos ver como, de uma forma geral, o padrão de confiança por conjunto de países se mantém relativamente ao observado no caso da confiança interpessoal, sendo os nórdicos os que mais confiam também nas instituições e Portugal e os antigos países de Leste os que menos confiam. A confiança, seja em pessoas ou em instituições, parece, assim, ter alicerces comuns.

No que se refere a contrastes, o maior será talvez a diferença que separa a polícia da política (e dos políticos). Em todos os países é manifesta a confiança na polícia, e mesmo não estando Portugal entre os países com valores mais elevados também aqui a confiança na polícia supera os níveis de confiança nas restantes instituições. No extremo oposto encontramos dois alvos de avaliação dificilmente dissociáveis, a classe política e a política. O descrédito é generalizado. Mesmo nos países nórdicos, o valor máximo de confiança situa-se apenas um ponto acima da média da escala. Apesar de também se tratar de uma instituição do foro político, o parlamento nacional regista níveis de confiança superiores. Possivelmente, o parlamento é avaliado como uma instituição estável e fundamental do sistema democrático. Os políticos (e a política) têm um impacto muito mais direto na vida das pessoas, ficando por isso mais vulneráveis a serem associados a medidas concretas (cortes nas remunerações, desemprego, etc.) e alvo de generalizações de casos mediáticos (em Portugal os exemplos de José Sócrates e de Miguel Relvas, na Holanda a recente situação de envolvimento do ministro da justiça Ivo Opstelten com um barão da droga). Note-se ainda que só no caso da confiança nas instituições Portugal se assemelha aos países de Leste. O sistema legal é igualmente das instituições mais credíveis, sendo apenas alvo de desconfiança maioritária na Ucrânia e na Bulgária, aliás os dois únicos países que estão sistematicamente entre os que menos confiam, seja nas pessoas seja nas instituições.

Figura 5.6 Confiança nas Instituições em Portugal, 2002-2012 (média) Fonte: European Social Survey

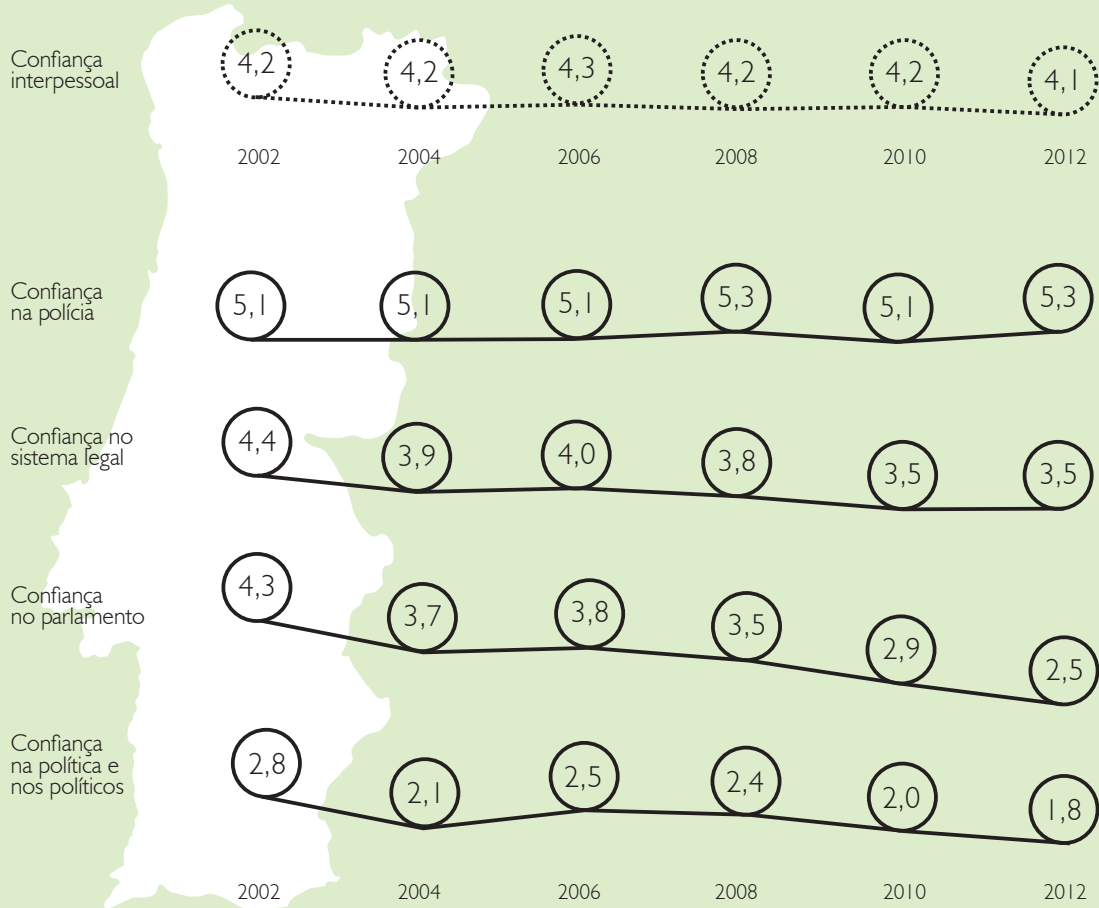


Figura 5.7 Confiança nas fontes de informação ambiental, 2014 (média - %) Fonte: Special Eurobarometer 416, 2014

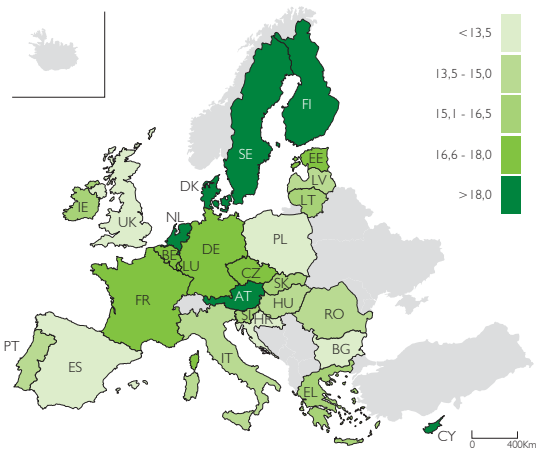
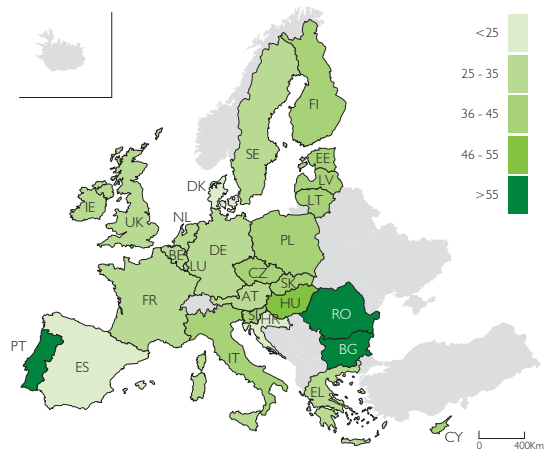


Figura 5.8 Confiança na televisão como fonte de informação ambiental, 2014 (%) Fonte: Special Eurobarometer 416, 2014



III

Evolução da confiança em Portugal

Os dados do European Social Survey permitem-nos ainda ter uma perspetiva da evolução da confiança nas cinco dimensões anteriormente analisadas. Na Figura 5.6 podemos ver como a confiança é, apesar de tudo, um fenómeno relativamente estável. Em 2002 a confiança na política e nos políticos ocupava a posição mais baixa, enquanto os níveis de confiança nas restantes instituições e nas pessoas partilhavam valores igualmente baixos, apesar de tudo próximos do ponto médio da escala. A partir de 2006, esta separação começa a diluir-se com a descida generalizada dos níveis de confiança, tendência que se mantém observável até 2012. Comparando os dados de 2012 com os de 2002, apenas a confiança na polícia aumentou ligeiramente, tendo a confiança no parlamento sido a que maior queda registou (em 2002 a média era de 4,5, em 2012 passou para 2,5).

Considerando que a confiança está relacionada com a perceção, por um lado, de que as pessoas são honestas e se preocupam umas com as outras e, por outro, de que as instituições servem os cidadãos defendendo os seus direitos e os seus interesses, esta quebra de uma confiança já de si baixa não será certamente alheia ao clima socioeconómico que o país vive desde 2008 e às consequências diretas no dia a dia dos portugueses. Mas só um estudo aprofundado poderá levantar o véu que cobre as razões desta possível associação.



No período 2002-2012, apenas a confiança na polícia aumentou ligeiramente, tendo a confiança no parlamento sofrido a maior quebra.

IV

Confiança nas fontes de informação ambiental

No domínio ambiental, a dimensão da confiança está geralmente associada nos inquéritos de opinião a uma pluralidade de atores, entre os quais têm particular destaque os atores políticos (governos, instâncias supranacionais), as organizações de sociedade civil (organizações não governamentais de ambiente, associações de consumidores) e os meios de comunicação social, sobretudo no seu papel como fontes de informação fidedigna.

Tomando o mais recente Eurobarómetro sobre questões ambientais como referência (Special Eurobarometer 416, 2014), verifica-se que em termos médios (quando consideradas as 17 variáveis – ver Figura 5.9), tal como nos indicadores anteriores, Portugal revela índices de confiança mais baixos do que os seus congéneres europeus (Figura 5.7). É também notória uma clivagem Norte-Centro-Sul e Este-Oeste: as taxas de confiança mais elevadas registam-se nos países nórdicos, as intermédias no centro da Europa e as mais baixas no Sul e no Leste. Os países nórdicos, em conjunto com a Áustria, o Chipre e a Holanda, lideram o índice geral de confiança (todos superiores a 18%). A uma grande distância surge Portugal que, a par da Roménia, Letónia, Itália e Hungria, não ultrapassam os 15%.

No entanto, este padrão inverte-se quando se isola a televisão como fonte de informação ambiental (a fonte mais frequentemente mencionada em Portugal, como abaixo se verá) (Figura 5.8). É substancialmente maior a confiança na televisão em Portugal e nos países do Leste (com destaque para a Roménia e a Bulgária; são estes três países, aliás, os únicos a ultrapassar a fasquia dos 55% de confiança na televisão entre os 28 Estados-membros) e tende a decrescer à medida que se caminha para o centro e para o norte da Europa.

Figura 5.9 Confiança nas fontes de informação ambiental em Portugal e na UE28, 2014 (%) Fonte: Special Eurobarometer 416, 2014

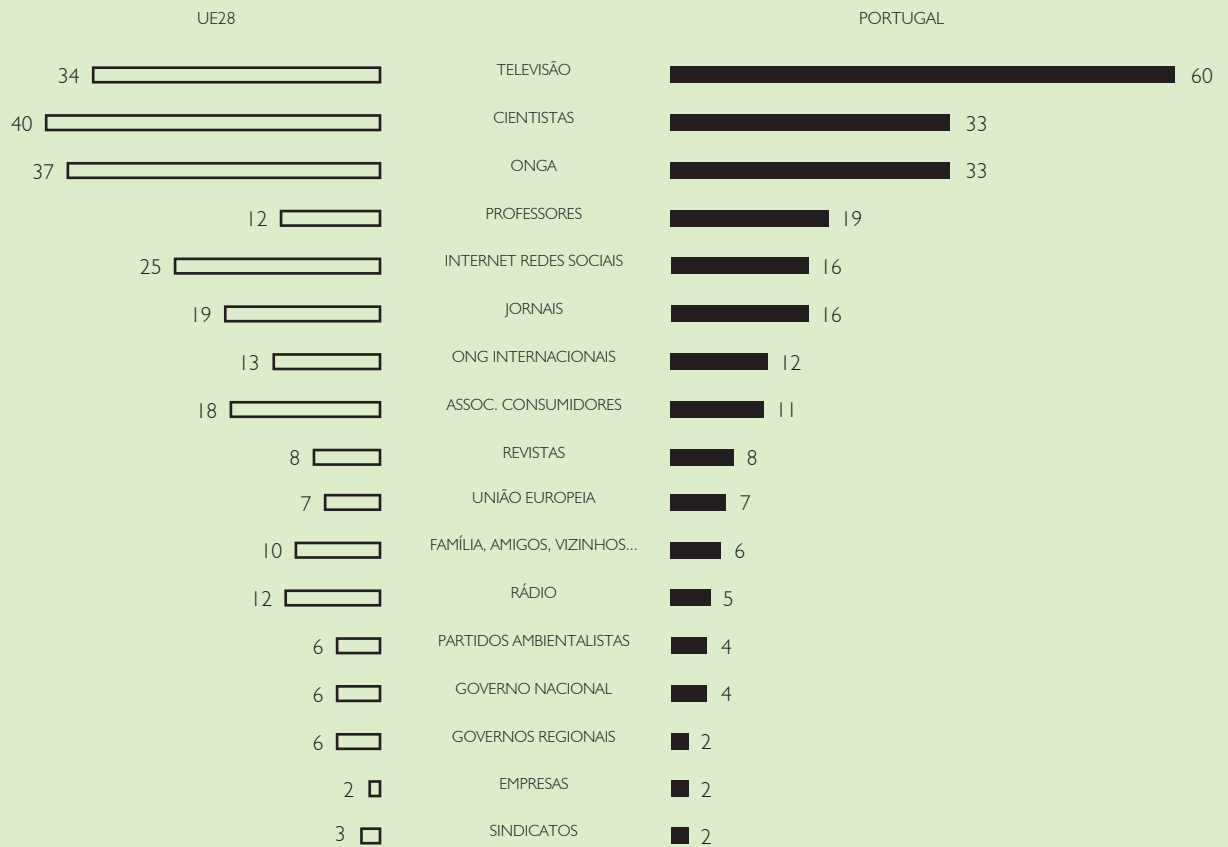
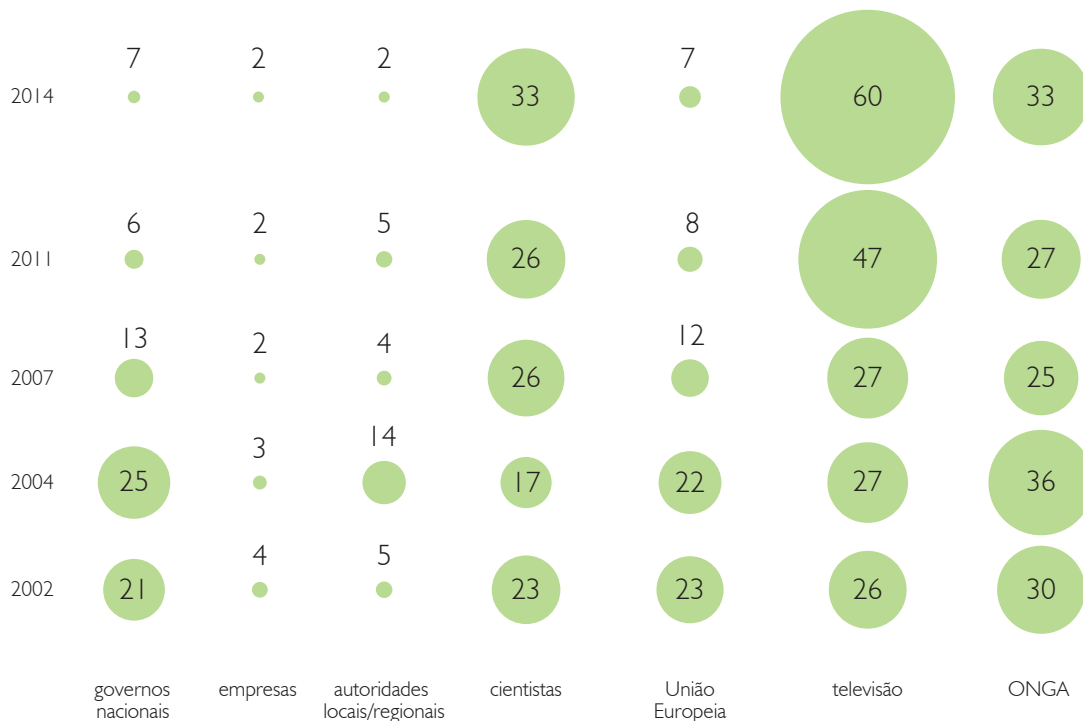


Figura 5.10 Confiança nas fontes de informação ambiental em Portugal, 2002-2014 (%)

Fonte: Special Eurobarometer 58.0 (2002), 62.1 (2004), 68.2 (2007), 75.2 (2011), 416 (2014)



Comparando os níveis de confiança nos diferentes agentes (Figura 5.9), verifica-se que a televisão tem particular destaque em Portugal (60%, face a 34% na UE), enquanto na União Europeia se registam taxas mais elevadas de confiança nos cientistas (40% face a 33% em Portugal) e nas ONGA (37% face a 33%). Portugal destaca-se também pela maior confiança nos professores (19% face a 12%). Segundo o mesmo inquérito, as fontes de informação ambiental a que os portugueses mais recorrem são a televisão (81%), a Internet e as redes sociais (38%), os jornais (25%) e os filmes e documentários na televisão (21%).

Por fim, em termos longitudinais (Figura 5.10), apesar de uma alteração na forma como a pergunta é formulada nos inquéritos a partir de 2014², é notório o crescimento da confiança na televisão, sobretudo a partir de 2007, e nos cientistas, a que estará associado o substancial esforço de divulgação da ciência que se faz em Portugal nos últimos anos (Delicado 2006). Há também que considerar que os cientistas se têm tornado figuras mais conhecidas do público, com uma presença assídua nos noticiários televisivos (Schmidt 2008: 101), por vezes mesmo em representação de ONGA. Ao contrário do que sucede noutros países, a cobertura mediática da ciência (por exemplo, no caso das alterações climáticas analisado por Ramos e Carvalho 2008) tende a representar mais o consenso e a solidez do conhecimento científico do que as divergências e as incertezas. Verifica-se também alguma oscilação da confiança nas ONGA (decréscimo entre 2004 e 2007, subida desde então) e o declínio acentuado da confiança no governo e nas autoridades locais, que poderá estar associado ao desinvestimento estatal no ambiente, como visto no capítulo 2, e à generalizada falta de confiança no sistema político, acima registada. As empresas suscitam níveis de confiança sistematicamente baixos e com tendência de descida.

² Até 2011, a pergunta referia-se a «confiança quanto a assuntos ambientais», a partir de 2014 refere-se a «confiança no fornecimento de informação fiável sobre assuntos ambientais», apesar de as opções de resposta se terem mantido e a pergunta sempre ter sido feita na sequência de outra pergunta sobre informação ambiental.

IV

Conclusão

Apesar da multidimensionalidade do conceito de confiança aqui utilizado, que se aplica tanto aos outros (interpessoal) como às instituições políticas e às fontes de informação, uma regularidade é notória: Portugal encontra-se sempre no grupo de países onde os níveis de confiança são mais baixos. Os dados longitudinais mostram que esta tendência está longe de se atenuar com o tempo. Em lugar de se aproximar dos países do centro da Europa, Portugal assemelha-se crescentemente a congéneres improváveis a Leste, os países com um passado de regimes comunistas. Se em alguns indicadores a divisão Norte-Sul se mantém (confiança no parlamento, nos políticos, no sistema legal), noutros os nossos usuais parceiros Espanha e Itália aproximam-se mais da média europeia (confiança interpessoal, confiança na polícia). No domínio ambiental, é de certa forma preocupante a ascensão da confiança na televisão, um meio particularmente sujeito a manipulações e a interesses (em que o *agenda setting* é muito orientado para a maximização das audiências), face à estagnação da confiança em cientistas e nas ONGA e a uma descrença quase total nos políticos e nas empresas.

Se a estrutura da sociedade portuguesa, em particular os baixos níveis de escolaridade, pode em parte explicar a prevalência da desconfiança em todos estes domínios, não estão ainda identificadas com clareza as causas (e as consequências) deste atavismo cultural nacional.

referências bibliográficas

Delicado, A. 2006. «A promoção da cultura científica nos museus em Portugal», *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 51, 53-72.

Putnam, R. D. 2000. *Bowling alone: The collapse and revival of American democracy*. New York: Simon and Schuster.

Ramos, R. e Carvalho, A. 2008. «Science as rhetoric in media discourses on climate change». In J. Strunck, L. Holmgreen, & L. Dam (Eds.), *Rhetorical aspects of discourse in present-day society*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 223-247.

Schmidt, L. 2008. «Comunicar a ciência: o papel dos *media* e os problemas científico-ambientais», in L. Schmidt e J. Pina Cabral, *Ciência e cidadania: homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 85-112.